



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PSICOLOGIA, AVALIAÇÃO E ATENÇÃO À SAÚDE

**A SAÚDE DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR POLICIAL MILITAR:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Robilene Santos Souza

Orientador(a): Prof. Roberval de Oliveira Passos

Coorientadora(a): Fabíola Marinho Costa

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo,
elaborado de acordo com as normas da revista “Saúde
Multidisciplinar”

Santo Antônio de Jesus, 13 de dezembro de 2023.

A SAÚDE DA TRABALHADORA E DO TRABALHADOR POLICIAL MILITAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

The health of women and military police workers: an integrative review

RESUMO

O trabalho policial destaca-se da população em geral por conta da alta carga de trabalho e sofrimento psíquico, tornando esse trabalhador vulnerável à várias formas adoecimento, como físico e sofrimento psicológico, além do desenvolvimento de distúrbios do sono e apresentarem nível elevado de estresse. No Brasil há poucas produções científicas que abordam a saúde do trabalhador policial, sua relação com o trabalho e a profissão. Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo caracterizar a produção científica brasileira sobre a saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar. Os resultados apontaram estudos sobre diferentes significados do trabalho; questões de gênero no trabalho; caracterização de lesões e traumas por arma de fogo e seus impactos; sofrimento psíquico (destacando a presença de estresse, ansiedade, *burnout* e suicídio); aspectos relacionados à saúde e qualidade de vida (condições precárias de trabalho, sobrecarga de trabalho e problemas de sono); indicadores do processo saúde-doença no trabalho (hipertensão, diabetes e sobrepeso/obesidade, sendo que a prática de atividade física destacou-se como relevante para a categoria). Faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento sobre os impactos do trabalho, considerando a perspectivas interseccionais, que envolvam questões de gênero, orientação sexual, classe, raça, entre outras. Além disso, a elaboração e implementação de políticas de segurança pública que articulem a reformulação da forma como as corporações policiais se estruturam, formam e lidam com suas trabalhadoras e seus trabalhadores, assim como a articulação de políticas públicas que favoreçam a melhoria das condições de trabalho através de práticas de valorização profissional.

Palavras-chave: policiais, saúde mental, saúde do trabalhador

ABSTRACT

Police work stands out from the general population due to the high workload and psychological suffering, making these workers vulnerable to various forms of illness, such as physical and psychological suffering, in addition to the development of sleep disorders and high levels of stress. In Brazil, there are few scientific productions that address the health of police workers, their relationship with work and the profession. In this sense, the present research aims to characterize Brazilian scientific production on the health of military police workers. The results pointed to studies on different meanings of work; gender issues at work;

characterization of injuries and trauma caused by firearms and their impacts; psychological suffering (highlighting the presence of stress, anxiety, burnout and suicide); aspects related to health and quality of life (poor working conditions, work overload and sleep problems); indicators of the health-disease process at work (hypertension, diabetes and overweight/obesity, with the practice of physical activity standing out as relevant for the category). It is necessary to develop research in different areas of knowledge on the impacts of work, considering intersectional perspectives, involving issues of gender, sexual orientation, class, race, among others. Furthermore, the elaboration and implementation of public security policies that articulate the reformulation of the way in which police corporations structure themselves, form and deal with their workers, as well as the articulation of public policies that favor the improvement of working conditions through professional development practices.

Keywords: police, mental health, worker health

INTRODUÇÃO

A polícia militar apresenta-se como a representação do Estado, exercendo seu poder através da ostensividade, da aplicação da lei e do uso proporcional da força para garantir o ordenamento social e a proteção da população. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe à polícia militar a execução do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.¹

Apesar de ter por responsabilidade jurídica manter a segurança da sociedade e a integridade do cidadão, a polícia também é reprodutora de violência, quando ocorrem práticas de excesso do poder policial. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2020, ocorreram 6416 mortes de civis decorrentes de intervenções policiais². Porém, a mesma polícia que mata também é vítima da violência, em 2021, o ABSP mostrou que ocorreram 190 mortes de policiais civis e militares no período de serviço e de folga decorrentes de intervenções.³

O trabalho policial destaca-se da população em geral por conta da alta carga de trabalho e sofrimento psíquico, tornando esse trabalhador vulnerável a várias formas adoecimento, como físico (dores e enxaquecas, problemas ortopédicos, distúrbios de visão) e sofrimento psicológico (depressão, ansiedade e sintomas psicossomáticos)⁴ e desenvolvimento de distúrbios do sono e apresentarem nível elevado de estresse⁵.

O contexto de trabalho também faz com que esses trabalhadores vivenciem elevado risco de violência autoinfligida³. O ABSP aponta que 101 policiais civis e militares cometeram suicídio em 2021. Desse modo, o suicídio aparece como uma questão de saúde pública, sendo uma das principais causas de morte desses trabalhadores em todo o mundo⁶. No Brasil, existem poucas produções científicas que abordam a saúde do trabalhador policial, sua relação com o trabalho e a profissão⁷. Entretanto, o autor argumenta que é possível observar um recente movimento que busca investigar a categoria pensando na perspectiva da subjetividade e da saúde do trabalhador policial.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem por objetivo caracterizar a produção científica brasileira sobre a saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar, entendendo a saúde como completo bem-estar físico, mental, social e não ausência de doença⁸. Acredita-se que esse trabalho pode contribuir para produzir uma síntese dos conhecimentos produzidos sobre o tema, assim como identificar lacunas na produção científica. Além disso, pesquisas como esta podem contribuir para fomentar discussões que possam levar a mudanças na forma como é feita a gestão da segurança pública no país e estimular a criação e efetivação de

intervenções voltadas para o cuidado à saúde dos profissionais de segurança pública e seus familiares.

MÉTODOS

A presente pesquisa consiste em uma revisão integrativa, de caráter exploratório. A revisão integrativa tem por objetivo apresentar o estado da arte sobre um determinado assunto, através de uma análise do conhecimento construído sobre isto é, por meio da exploração de pesquisas anteriores⁹.

Adotou-se como questão norteadora: qual a produção científica brasileira sobre a saúde do trabalhador policial militar? Para alcançar o objetivo, foram realizadas buscas nas bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Adotou-se as palavras-chave: policiais; polícia militar. A busca dos artigos ocorreu em julho de 2023.

Os critérios de inclusão foram: artigos científicos de estudo de campo que abordavam a saúde do policial militar brasileiro; tendo sido publicados entre 2018 e 2022; publicados em português; e estar disponível de forma gratuita para leitura integral na internet. Excluiu-se artigos de revisão de literatura, dissertações, teses, pesquisas sobre outros profissionais de segurança pública. Foram conduzidas 02 etapas de filtragem das pesquisas: 1. Leitura do título dos estudos. 2. Leitura do resumo e método. Ao final, foram selecionados 29 artigos. Para a análise dos artigos, foram criadas as seguintes categorias temáticas: “Trabalho na polícia militar: entre o prazer e o sofrimento”; “Questões de gênero no trabalho”; “Qualidade de vida no trabalho”; “Traumas, adoecimento e morte no trabalho”; “Indicadores do processo saúde-doença no trabalho”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de busca, nas bases de dados, a partir dos descritores escolhidos, foram identificados muitos artigos que abordavam temáticas relacionadas à categoria de policiais militares. Contudo, quando foram sendo aplicados os critérios de seleção estabelecidos, que respondiam à questão de investigação proposta, apenas 29 artigos abordavam questões relacionadas à saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar. A seguir, será apresentado o caminho percorrido para a seleção dos artigos (Figura 1), e posteriormente serão apresentadas caracterizações e discussões acerca das categorias temáticas construídas.

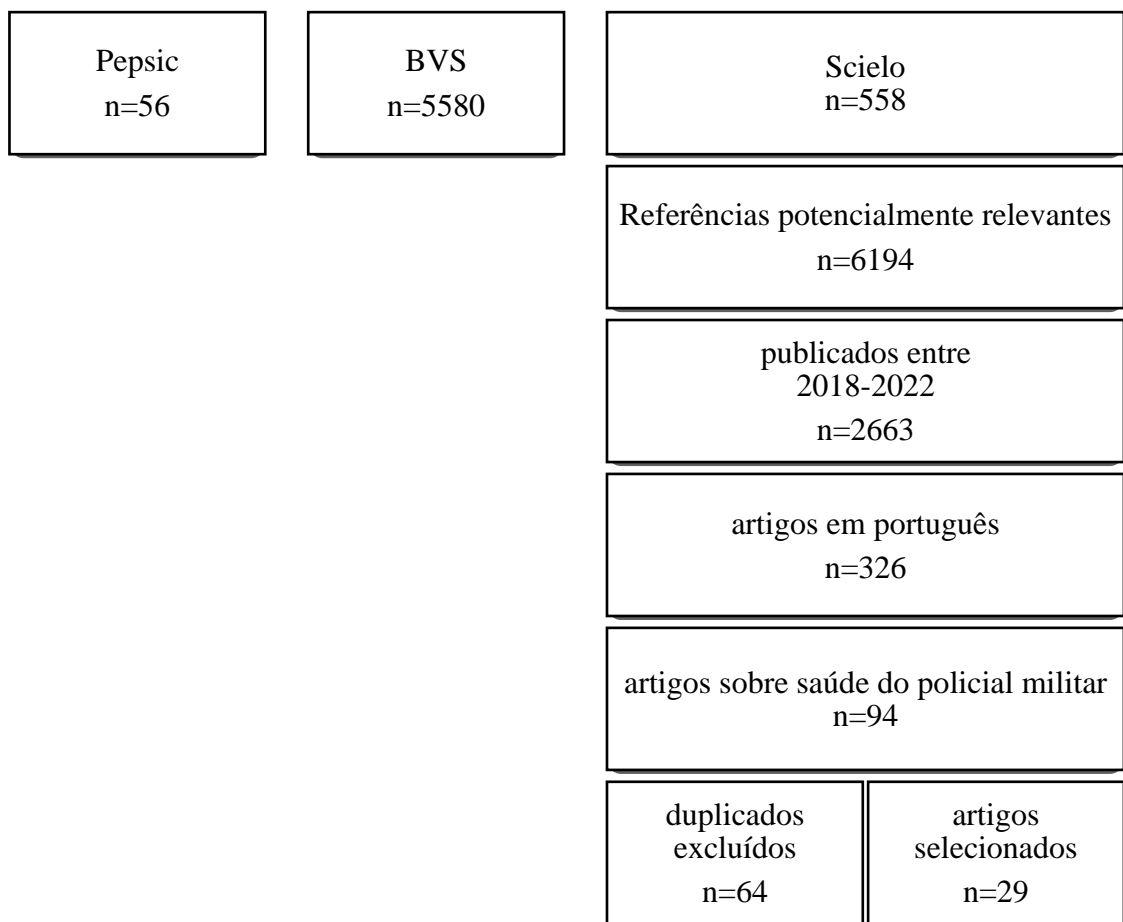


Figura 1- Resultado da busca de artigos científicos

Trabalho na Polícia Militar: entre o prazer e o sofrimento

Esta categoria reúne diversas pesquisas que apontaram fatores relacionados às vivências de prazer e sofrimento no trabalho policial militar, bem como as estratégias de defesa e os fatores de proteção à saúde utilizados pelos(as) profissionais para enfrentar sofrimento e as demandas decorrentes do trabalho, além de fatores motivadores para o retorno ao trabalho de policiais aposentados^{10, 11, 12, 13, 14, 15}.

O trabalho policial militar favorece o sentimento de pertencimento ao grupo¹⁴ proporcionando a percepção de que o sujeito possui um lugar na sociedade, além de contribuir para a construção do sentimento de utilidade e dá sentido ao trabalho realizado.¹⁰ Sentir-se útil e produtivo foi o fator motivacional para o retorno ao serviço institucional mais apontado pelos policiais militares aposentados.¹³

Para alguns entrevistados, ser policial militar contribui para construção de uma identidade através do trabalho e da inserção na corporação.¹⁰ A identidade profissional pode funcionar como fator de proteção ao uso de estratégias de “ação superficial” de regulação emocional, as quais estão relacionadas ao controle da expressão emocional, por meio da qual o trabalhador exhibe uma emoção socialmente desejada, mesmo que não se sinta dessa maneira¹⁵. Ao utilizar a ação superficial, os trabalhadores não expressam autenticamente suas emoções, não se envolvendo afetivamente com seu trabalho¹⁶.

Por outro lado, a falta de reconhecimento social, juntamente com a não aprovação dos serviços prestados, a exposição de suas falhas e as vivências de riscos à saúde foram indicados como geradores de sofrimento psíquico^{10, 12}.

Questões organizacionais, como as condições precárias de trabalho¹², o fardamento, o quadro insuficiente de profissionais, a centralização das decisões¹¹ foram apontados como geradores de sofrimento de descontentamento no trabalho policial militar, reforçando a sensação de desconforto dos policiais, que sentem suas queixas deslegitimadas pelo Estado, corporação e sociedade¹⁴. A maioria dos entrevistados acreditava que não estavam sendo recompensados de forma justa pela instituição, considerando a sua experiência profissional, as responsabilidades que possuíam no trabalho e o esforço aplicado no trabalho¹³.

A autonomia para o desenvolvimento das atividades profissionais dos(das) policiais – tomar decisões e conduzir situações em atendimento às ocorrências ou no policiamento ostensivo – favoreciam o sentimento de satisfação no trabalho¹¹. Os relacionamentos afetivos, principalmente com os filhos, também foram relatados como favorecedor de satisfação e

proteção à saúde dos policiais militares, apesar do ingresso na polícia ter dificultado a criação de relacionamentos e vínculos de confiança¹⁰.

A resiliência foi destacada como estratégia individual defensiva individual defensiva contra o sofrimento decorrente do trabalho, pois funciona como mecanismo defensivo da integridade do policial, apresentando-se quando os policiais falam sobre as adversidades do trabalho e particularidades da profissão¹¹. Além disso, o uso do humor (através do riso e da ironia) como estratégia para amenizar os aspectos prejudiciais da atividade profissional¹⁴ e a repressão das emoções também foram apontados como mecanismos de defesa coletiva contra o sofrimento advindo do trabalho, das adversidades laborais, minimizar os desconfortos advindo do trabalho^{10, 11, 14}.

Os(as) policiais utilizam essas estratégias como mecanismos de defesa, com o objetivo de conservar o equilíbrio psíquico e não tomar consciência do próprio sofrimento¹¹. Nesse sentido, pode-se concluir que a modificação das emoções, alinhada à demonstração de comportamentos positivos, está em consonância com a denominada estratégia de “ação profunda” de regulação emocional. O uso dessa estratégia, que está relacionada ao esforço para, de modo intencional, modificar o estado afetivo, na busca por exibir emoções congruentes com o que é demandado pelo trabalho, estimula a identidade profissional, aumentando o engajamento dos(as) policiais, entendido como um construto relacionado a um estado mental positivo de realização no trabalho¹⁵.

Questões de gênero no trabalho

Esta categoria temática agrega os artigos que discutiram o significado do trabalho para policiais femininas, bem como as dificuldades enfrentadas por elas no trabalho e quais espaços ocupam dentro das corporações^{17, 18, 19, 20}.

No que se refere ao papel do trabalho na vida das policiais femininas, para algumas entrevistadas, o trabalho assumia grande centralidade nas suas vidas, ocorrendo de forma contínua, não havendo possibilidade de desligamento do trabalho, mesmo nos momentos de folga, sendo reforçados pelo sentimento de “vocação” e “admiração”²⁰.

Entretanto, no desempenho da atividade laboral, as policiais femininas encaravam diversas dificuldades, muitas delas em decorrência de questões de gênero. Muitas vezes, as policiais femininas necessitavam moldar-se para serem bem aceitas no seu espaço de trabalho, o qual era, majoritariamente, dominado por homens, cobrando, às mulheres policiais, ajustamento a comportamentos e características consideradas tipicamente

masculinas: apresentar uma postura de rigidez, força, coragem, as quais são entendidas como específicas para o trabalho policial¹⁷. Algumas entrevistadas relataram a necessidade de abdicar de comportamentos femininos, comportando-se como se fosse um homem, para serem respeitadas pelos colegas de trabalho²⁰. No mesmo sentido, tanto os policiais homens quanto as policiais mulheres concordavam que a força física e a coragem constituíam-se como qualidades fundamentais para o desempenho da atividade policial¹⁸.

Todavia, apesar disso, muitas vezes, elas eram destinadas a cargos e funções histórica e socialmente atreladas às mulheres, indicando que, em muitas esferas, inclusive no trabalho, às mulheres são atribuídas funções de cuidado com o outro¹⁷. Nesse sentido, as policiais femininas correspondem à maior parte nas atividades meio e nas atividades de gestão¹⁹. Ratificando a maior inserção de policiais femininas em funções de cuidado ao observarem que as mulheres, assim como os homens policiais, concordavam que a policial feminina lidava melhor com ocorrências de cuidado e assistência¹⁸.

Além disso, espaços específicos dominados pelos policiais masculinos, como o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e o Batalhão de Choque, que sofrem desvalorização em decorrência da entrada de policiais femininas²⁰. Nesse sentido, a maioria dos policiais homens entrevistados concordava que mulheres deveriam ocupar cargos específicos dentro da corporação e parte deles defendia que, para que uma mulher ocupasse um cargo hierarquicamente superior ao de um homem, ela deveria ter formação acadêmica mais ampla¹⁹. Ademais, identificaram-se uma concordância entre homens e mulheres de que era preferível realizar o policiamento operacional com policiais masculinos¹⁸.

Esses resultados reforçam a crença de que, no imaginário dos policiais masculinos, as policiais femininas não são qualificadas para o trabalho em funções operacionais. Nessa direção, os policiais masculinos eram os que mais concordaram que o policial homem lida melhor com ocorrências de risco e que possui melhor desempenho no serviço operacional em decorrência de ser mais forte e corajoso que a mulher¹⁸. Por outro lado, grande parte dos entrevistados afirmou que homens e mulheres podem exercer a mesma atividade: os policiais acreditavam que as mulheres podiam exercer qualquer atividade¹⁸.

Foram observadas situações de assédio moral e sexual como violências experienciadas pelas entrevistadas, como insinuações, piadas e olhares constrangedores e de cunho sexual²⁰. Ademais, quase metade das policiais femininas já havia se sentido humilhada, desrespeitada, constrangida ou assediada por questões de gênero ou orientação sexual, e que, do total de policiais militares vítimas de assédio moral ou sexual, a maior parte era mulher¹⁹.

Qualidade de vida no trabalho

A presente categoria debate os resultados sobre a qualidade de vida de policiais militares, assim como alguns fatores de risco e protetores da qualidade de vida desses profissionais^{21, 22, 23, 24, 25, 26}.

Arroyo, Borges e Lourenção²¹ e Fernandes et al.²² verificaram que a maioria dos(as) entrevistados(as) considerava que possuía boa qualidade de vida e estava satisfeita com a saúde. Entretanto, observaram prejuízos em dimensões da qualidade de vida no trabalho, relacionadas a recursos financeiros, recreação/lazer, sono/repouso e ambiente físico. Em ambos os estudos, evidenciaram-se, especialmente, a insatisfação com a remuneração recebida e a pouca disponibilidade de tempo para realizar atividades prazerosas.

Nesse sentido, muitos(as) policiais, que trabalhavam em regime de escala, necessitavam realizar “bicos”, como vigilante ou segurança, nas folgas, para complementar a renda familiar o que, possivelmente, afetava a qualidade do sono dos(as) policiais²². Arroyo, Borges e Lourenção²¹ e Fernandes et al.²² apontaram que, à medida que aumentava a carga horária de trabalho diminuía a qualidade de vida, sugerindo que a carga de trabalho maior interferia na qualidade de vida dos(as) policiais, visto que reduzia o tempo disponível para descanso, prática de atividade física e cuidado com a saúde.

No que se refere aos fatores relacionados à qualidade de sono, observaram que a maioria dos policiais possuía qualidade do sono ruim, com média de 06 horas de sono diária e algum distúrbio do sono²³ e que todos os participantes possuíam pelo menos um distúrbio do sono ou queixa relacionada ao sono, sendo os mais comuns: insônia, bruxismo e síndrome da apneia obstrutiva do sono (SAOS)²⁴.

Além disso, Chaves e Shimizu²³ observaram uma correlação significativa e inversamente proporcional entre a duração do sono e o nível de exaustão emocional, assim como uma correlação significativa diretamente proporcional entre a qualidade do sono, exaustão emocional e despersonalização. Nesse sentido, os autores identificaram uma relação entre qualidade do sono e Síndrome de *Burnout*, pois observaram que à medida que aumentava o nível de esgotamento profissional, aumentava também a pontuação global do Índice da Qualidade do Sono de Pittsburgh (PSQI), que se constitui um indicativo de qualidade do sono ruim e distúrbios do sono.

Sobre outros fatores de risco para a qualidade de vida de policiais militares, Santos et al.²⁵ identificaram altos níveis de estresse laboral entre os(as) policiais, sendo os aspectos organizacionais mais estressantes apontados pelos entrevistados: a ausência de perspectiva de

progressão de carreira; a escassez de treinamento profissional; a discriminação/favoritismo no ambiente de trabalho; as longas jornadas de trabalho e a forma de distribuição das tarefas.

Compreendendo que elevados níveis de estresse laboral funcionam como fator de predisposição para o desenvolvimento da Síndrome de *Burnout*, Chaves e Shimizu²³ observaram alto grau de exaustão emocional, despersonalização e baixo grau de realização profissional na maioria dos entrevistados, que são aspectos indicativos de Síndrome de *Burnout* e qualidade de sono ruim. Em decorrência do alto nível de exaustão emocional, despersonalização e baixo nível de realização profissional encontrados, esses autores acreditam que os policiais do grupo operacional estão mais vulneráveis ao desenvolvimento da Síndrome de *Burnout*, pois estão em contato com situações de grande pressão.

Santos et al.²⁵ observaram correlação significativa inversamente proporcional entre engajamento no trabalho e estresse ocupacional, indicando que o aumento do nível de estresse ocupacional reduz o engajamento no trabalho. Entretanto, esses autores identificaram níveis médios e altos de engajamento no trabalho entre os(as) entrevistados(as), o que demonstra que esses(as) profissionais apresentavam elevados níveis de energia e identificação com o trabalho. Em consonância com esses resultados.

Traumas, adoecimentos e suicídios no trabalho

A presente categoria apresenta o perfil de policiais acometidos por diferentes questões de saúde, além de características de traumas, adoecimentos e suicídios entre policiais militares²⁶⁻³¹. Maia, Assis e Minayo³¹, observaram um índice elevado de cirurgias realizadas no Serviço de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial em decorrência de ferimentos por arma de fogo (FAF) em face entre os(as) policiais, comparando-se à população civil. Em estudo sobre casos de policiais militares com ferimentos por arma de fogo, Maia et al.³⁰ identificaram que parte desses(as) trabalhadores(as) necessitaram de atendimento de urgência, tendo casos se configurado como revitimização e outros evoluído para óbito.

Nos estudos sobre as características dos FAF em face, todos os policiais eram do sexo masculino, tinham entre 24 e 49 anos, a maioria era praça, principalmente soldados e a maioria ocorreu em horário de trabalho e os que ocorreram no momento de folga foram em situação de tentativa de e/ou assalto e de suicídio^{29,31}.

As regiões mais acometidas pelos FAF foram: membros inferiores e superiores, região da cabeça-pescoço-face e tórax-abdome³⁰, já nos FAF em face, a maioria sofreu fraturas faciais e em alguns casos houve a necessidade de realização de traqueostomia^{29,31}.

Minayo, Assis e Oliveira³¹, verificaram que as lesões físicas mais incidentes tinham sido deformidades permanentes de membros inferiores e superiores, sendo que a maioria dos policiais militares considerava a atividade profissional responsável pela causa das lesões.

Sobre os impactos saúde, foram relatados o surgimento e/ou agravamento de problemas de saúde (hipertensão, diabetes, gastrite, dores crônicas, insatisfação com a estética facial, cicatrizes e limitações funcionais), encaminhamento para outras especialidades em saúde (odontológico, psicológico e psiquiátrico)^{29,31}. Foram relatados afastamento das atividades laborais, mudança na função e na forma de trabalho como impactos no trabalho e a maioria foi classificada como apta para o serviço, os considerados inaptos foram reformados ou para a reserva^{29,31}. Nas relações pessoais, os(as) policiais relataram perda no convívio social, autoisolamento, perda financeira familiar e na saúde de membros da família, casos de depressão e hipertensão em cônjuges e filhos³¹.

Algumas pesquisas verificaram a presença de outras questões de saúde que atingem policiais militares. Observaram a presença de sintomas de distúrbios osteomusculares verificando que a região lombar foi a mais acometida por dor e desconforto, seguida do joelho, ombro e o punho/mão^{26,27}. E Sarrazin e Maia²⁷ identificaram que a maioria dos entrevistados possuía algum grau de disfunção temporomandibular (DTM), além de encontrar correlação entre a presença de DTM e possíveis sinais e sintomas dessa disfunção e prevalência de hábitos parafuncionais.

Com relação aos 14 casos de suicídio de policiais militares observados por Pereira, Madruga e Kawahala²⁸, 12 eram praças e 02 oficiais, todos eram do sexo masculino, nenhum policial possuía problema de conduta disciplinar. A arma de fogo foi o instrumento mais utilizado. Maia et al.²⁹ e Maia, Assis e Minayo³¹, afirmaram que pelo menos 9% dos casos analisados de FAF em face em policiais militares foram decorrentes de tentativa de suicídio.

Segundo Pereira, Madruga e Kawahala²⁸, havia poucas informações contextuais de situações vivenciadas pelos policiais militares. Entretanto, algumas informações importantes foram identificadas, como o policial estar em processo de separação conjugal ou respondendo processo disciplinar de exclusão da corporação. Além disso, foram identificados casos de depressão, dependência química e transferência de local de trabalho sem consentimento ou vontade do militar.

Indicadores do processo saúde-doença no trabalho

A presente categoria aborda alguns indicadores do processo de saúde-doença frequentes entre policiais militares, juntamente com práticas adotadas que contribuem para a manutenção e recuperação da saúde³²⁻³⁸.

Abreu et al.³², observaram que a maioria dos policiais já havia se afastado do trabalho por questões de saúde. Nascimento et al.³⁸, relataram a hipertensão e o diabetes como as condições crônicas de saúde mais prevalente entre os(as) entrevistados(as) e os fatores de risco cardiovascular que apresentaram associação e significância com os indicadores antropométricos.

Além disso, a sobrecarga de trabalho foi apontada por alguns autores, como indicador do processo de saúde-doença em policiais militares. Abreu et al.³², observaram alto índice de policiais com carga horária de trabalho superior a 40 horas semanais, sugerindo sobrecarga de trabalho para o contingente policial, em função do número de policiais ser reduzido em relação às demandas. Alves e Aguiar³³, sinalizaram a sobrecarga de trabalho como um fator de vulnerabilidade para a saúde, pois os(as) policiais necessitavam desenvolver de outras atividades para complementar a renda mensal. Ademais, fatores como o trabalho realizado por turnos, a exposição a situações de risco e violência e as condições precárias de trabalho potencializavam a vulnerabilidade desses trabalhadores.

O sobrepeso/obesidade, como fator de risco para doença, foi apontado como elevado índice por alguns autores. Nesse sentido, Nascimento et al.³⁸, observaram nos(as) entrevistados(as) que o índice de massa corporal (IMC) médio obtido situava-se no sobrepeso. Da Silva et al.³⁶, verificaram que a maioria dos(as) participantes da pesquisa apresentavam sobrepeso/obesidade, sendo que tinham maiores chances de desenvolvimento de hipertensão os participantes que exerciam atividade administrativas e operações especiais e maior proporção de casos de hipertensão entre os participantes que trabalhavam em turnos de 24 horas. Marçal e Finco³⁷, observaram que a maioria se encontrava com sobrepeso/obesidade e que 53% deles(as) não estavam satisfeitos com a imagem corporal, sendo o excesso de gordura, sobretudo abdominal, o principal motivo de insatisfação.

Por outro lado, vários estudos destacaram a prática de atividade física entre os(as) policiais. Segundo Alves e Aguiar³³, os(as) entrevistados(as) mencionaram a prática regular de atividade física como uma das medidas utilizadas para preservação da saúde. Já Da Silva et al.³⁶ relataram que a maioria dos(as) entrevistados(as) praticava atividade física, entre uma e três vezes por semana. Marçal e Finco³⁷ observaram que a maioria dos(as) policiais se

considerava motivada para a prática de atividade física, sendo a saúde o principal fator motivacional devido a sua importância para o bom desempenho profissional, além de possibilitar maior disposição para as relações familiares após a jornada de trabalho.

Lima-dos-Santos et al.³⁵ demonstraram que a prática de atividade física assídua proporcionava mecanismos que influenciavam de forma direta nos componentes da AFRS. Nesse sentido, os autores ratificaram a importância do exercício físico para a prevenção de doenças e manutenção da saúde de policiais militares, além da sua capacidade de contribuir para o desempenho das atividades profissionais. Esses achados foram ratificados por Bernardo et al.³⁴ e Nascimento et al.³⁸, que verificaram que os policiais que atuavam no serviço operacional tendiam a ser mais ativos em relação aos que atuavam no administrativo.

Com relação a outras formas de cuidado em saúde, Alves e Aguiar³³ relataram que os(as) policiais buscavam os serviços de cuidado em saúde quando procuravam atendimento médico para realizar exames periódicos ou quando percebiam “estar doente”, mas que antes da busca do setor profissional eles tentavam maneiras de resolver o problema em casa, sendo o “subsistema popular” a primeira forma de tratar o adoecimento e nos casos de adoecimento, compreendidos como mais graves, o indivíduo recorria unicamente ao “subsistema profissional”.

Já Abreu et al.³² verificaram que grande parte dos entrevistados afirmou que as informações ofertadas pelos serviços de saúde eram insuficientes para solucionar os problemas de saúde do homem, e que enfrentam dificuldades para atendimento em saúde. No que se refere a outros hábitos e cuidados para preservação da saúde, foram relatadas visita aos serviços de saúde, investimento em qualidade de vida (como alimentação saudável, prática de atividade física, sono/repouso regular, relacionamentos saudáveis, lazer), não consumo de bebida alcoólica e tabaco, acompanhamento psicológico^{32,33,36,38}.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados produzidos, pode-se ratificar que, em decorrência das peculiaridades do trabalho, o policial militar é uma categoria profissional que está vulnerável a inúmeras situações de risco. Entende-se que a presente pesquisa caracteriza o cenário da produção científica brasileira sobre a saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar, identifica possíveis lacunas sobre o tema, produzindo uma síntese sobre o conhecimento já construído e, assim, contribuindo para estimular discussões que possam levar a mudanças na

forma como é realizada a gestão de segurança pública no país e a criação de intervenções voltadas para o cuidado à saúde dos profissionais de segurança pública e seus familiares.

Salienta-se que, apesar da presença de uma categoria analítica sobre gênero no trabalho, observou-se que os a maioria dos estudos não realizaram análises sobre essa questão e outras, como classe e raça. Acredita-se que a pouca quantidade de estudos acerca do recorte de gênero deve-se ao fato da predominância de homens nas instituições policiais militares brasileiras. Entretanto, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento sobre os impactos do trabalho, considerando a perspectivas interseccionais, que envolvam questões de gênero, orientação sexual, classe, raça, entre outras.

Sugere-se a realização de estudos longitudinais, a fim de observar os fenômenos em diferentes momentos temporais para melhor compreensão dos problemas e agravos de saúde que afetam a vida dessas trabalhadoras e desses trabalhadores ao longo da carreira profissional. Ademais, sugere-se o desenvolvimento de estudos sobre os impactos da atividade e vitimização policial para os profissionais, familiares e colegas de trabalho.

Por fim, considera-se necessário a elaboração e implementação de políticas de segurança pública que articulem a reformulação da forma como as corporações policiais se estruturam, formam e lidam com suas trabalhadoras e seus trabalhadores, assim como a articulação de políticas públicas que favoreçam a melhoria das condições de trabalho através de práticas de valorização profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
2. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2021. Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2021.pdf>
3. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-02-as-mortes-de-policiais-em-2022.pdf>
4. Minayo MC de S, Assis SG de, Oliveira RVC de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciênc saúde coletiva*. 2011Apr;16(4):2199–209. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>. Acesso em: 03 mai. 2023.
5. de Liz CM, et al. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. *Rev Cub Med Mil*. 2014; 43(4): 467-480.
6. Gomes DA, de Araújo RM, Gomes MS. Incidence of suicide among military police officers in South Brazil: An 11-year retrospective cohort study. *Comprehensive psychiatry*. 2018 Aug 1;85:61-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.comppsy.2018.06.006>. Acesso em: 03 mai. 2023.
7. Azevedo EF de. A Polícia e suas Polícias: Clientela, Hierarquia, Soldado e Bandido. *Psicol cienc prof*. 2017Jul;37(3):553–64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000192015>. Acesso em: 03 mai. 2023.
8. World Health Organization. Summary report on proceedings, minutes and final acts of the International Health Conference held in New York from 19 June to 22 July 1946. Geneva: World Health Organization; 1946. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/85573>. Acesso em: 03 mai. 2023.
9. Botelho LLR, Cunha CC de A, Macedo M. O MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. *GeS*. 2º de dezembro de 2011;5(11):121-36. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 03 mai. 2023.
10. Oliveira TS, Faiman CJS. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. *Rev Psicol Organiz Trab* 2019; 19:607-615. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15467>. Acesso em: 03 mai. 2023.

11. Winter, LE, Alf, AM. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho* 2019; 19(3): 671-678. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.3.13214>. Acesso em: 03 mai. 2023.
12. Babolim, DA, Becker, APS.; Guisso, L. Produção de sentidos e fazeres sobre o trabalho de policiais militares catarinenses: um relato de experiência. *Boletim Academia Paulista de Psicologia* 2019; 39(96):69-80.
13. Nunes RB, Dametto J, Moretto CF. O retorno ao serviço de policiais militares gaúchos aposentados: um estudo sobre os fatores motivadores. *barbaroi*. 20º de dezembro de 2019;00:215-33. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/11577>. Acesso em: 12 dez. 2023.
14. Marçal HIF, Schlindwein V de LDC, Barbosa EAG, Silva MO da. Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. *Cad. Psicol. Soc. Trab.* 23 de dezembro de 2020;23(2):203-17. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/168793>. Acesso em: 12 dez. 2023.
15. Guedes HD, Gondim SMG, Hirschle ALT. Trabalho emocional e engajamento no trabalho em policiais militares: mediação da identidade profissional. *Estudos de Psicologia* 2020; 25(1):69-79. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20200007>. Acesso em: 12 dez. 2023.
16. Schreurs BHJ, Guenter H, Hülshager U, Emmerik IHV. The role of punishment and reward sensitivity in the emotional process: a within-person perspective. *Journal of Occupational Health Psychology*. 2014;19(1):108–121. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0035067>. Acesso em: 12 dez. 2023.
17. Grisoski DC, Santiago E. Produção de subjetividade de mulheres policiais de um batalhão da polícia militar do Paraná / Production of subjectivity of police women from a battle of the military police of Paraná. *revpsico*. 2021;12(1):99-111. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/43562>. Acesso em: 12 dez. 2023.
18. Lopes C da S, Ribeiro EA, Souza MA de. Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses . *Opin Publica*. 2021Jan;27(1):298–322. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021271298>. Acesso em: 12 dez. 2023.
19. Ribeiro L. Polícia Militar é lugar de mulher?. *Rev Estud Fem*. 2018;26(1):e43413. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n14341>. Acesso em: 12 dez. 2023.
20. Sá JGS de, Lemos AH da C, Oliveira LB de. Para além dos estereótipos: os sentidos do trabalho para mulheres da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Cad EBAPEBR* . 2022Jul;20(4):500–13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120210109>. Acesso em: 12 dez. 2023.

21. Arroyo TR, Borges MA, Lourenção LG. Saúde e qualidade de vida de policiais militares. *Rev Bras Promoc Saúde*. 2º de abril de 2019;32. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/7738>. Acesso em: 12 dez. 2023.
22. Fernandes LMS, et al. Qualidade de vida de um grupo de elite da polícia militar no período pandêmico/ Quality of life of an elite group of the military police in the pandemic period/ Calidad de vida de un grupo élite de la policía militar en el período de pandemia. *J. Health NPEPS*;7(2). Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/6556>. Acesso em: 12 dez. 2023.
23. Chaves MSRS, Shimizu IS. Burnout syndrome and sleep quality among military police officers in Piauí. *Rev Bras Med Trab*.2018;16(4): 436-441. Disponível em: <https://10.5327/Z1679443520180286:436-441>. Acesso em: 12 dez. 2023.
24. Pinto J do N, Perin C, Dick NRM, Lazzarotto AR. Avaliação do Sono em um Grupo de Policiais Militares de Elite. *Acta paul enferm*. 2018Mar;31(2):153–61. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201800023>. Acesso em: 12 dez. 2023.
25. Santos FB dos, et al. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. *Ciênc saúde coletiva*. 2021Dec;26(12):5987–96. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14782021>. Acesso em: 12 dez. 2023.
26. Braga KKFM, Trombini-Souza F, Skrapec MVC, Queiroz DB de, Sotero AM, Silva TFA da. Pain and musculoskeletal discomfort in military police officers of the Ostensive Motorcycle Patrol Group. *BrJP*. 2018Jan;1(1):29–32. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2595-0118.20180007>. Acesso em: 12 dez. 2023.
27. Sarrazin HC, Maia PRM. Disfunção temporomandibular e hábitos parafuncionais em policiais militares: um estudo transversal. *Arq Odontol*. 2020 ;56:PDF. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/arquiosemodontologia/article/view/19497>. Acesso em: 12 dez. 2023.
28. Pereira GK, Madruga AB, Kawahala E. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. *Cad saúde colet*. 2020Oct;28(4):500–9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X20202804056>. Acesso em: 12 dez. 2023.
29. Maia ABP, Assis SG, Ribeiro FML, Pinto LW. As marcas da violência por arma de fogo em face. *Braz j otorhinolaryngol*. 2021Mar;87(2):145–51. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bjorl.2019.07.008>. Acesso em: 12 dez. 2023.
30. Maia ABP, Assis SG, Ribeiro FML, Wernersbach L. Ferimentos não fatais por arma de fogo entre policiais militares do Rio de Janeiro: a saúde como campo de emergência contra a naturalização da violência. *Ciênc saúde coletiva*. 2021May;26(5):1911–22. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021265.19412019>. Acesso em: 12 dez. 2023.

31. Maia ABP, Assis SG de, Minayo MC de S. Repercussões para o trabalho, a saúde e as relações familiares dos policiais feridos por arma de fogo em face. *Ciênc saúde coletiva*. 2022Aug;27(8):3193–202. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022278.01122022>. Acesso em: 12 dez. 2023.
32. Abreu CA, et al. Atenção integral à saúde do homem: adesão da polícia militar. *J Nurs UFPE online* 2018;12(10):2635-42. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i10a237503p2635-2642-2018>. Acesso em: 12 dez. 2023.
33. Alves RO de, Aguiar MGG. ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS DE POLICIAIS MILITARES NA BUSCA DE ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DE SAÚDE. *Ciênc. cuid. saúde*. 2018; 17(3): e41034. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/ciencucidsaude.v17i3.41034>. Acesso em: 12 dez. 2023.
34. Bernardo VM, et al. Atividade física e qualidade de sono em policiais militares. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2018Apr;40(2):131–7. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.01.011>. Acesso em: 12 dez. 2023.
35. Lima-dos-Santos AL, et al. Health–related physical fitness of military police officers in Paraíba, Brazil. *Rev Bras Med Trab*.2018;16(4): 429-435. Disponível em: <https://doi.org/10.5327/Z1679443520180304:429-435>. Acesso em: 12 dez. 2023.
36. da-Silva CAC, et al. Association of dyslipidemia, hypertension and overweight/obesity with work shift and duration of employment among police officers in a small town in Northeastern Brazil. *Rev Bras Med Trab*.2019;17(4): 537-544. Disponível em: <https://doi.org/10.5327/Z1679443520190401:537-544>. Acesso em: 12 dez. 2023.
37. Marçal RM, Finco MD. Práticas de atividade física: uma análise da motivação e satisfação dos policiais militares de João Pessoa. *Motrivivência (Florianópolis)* 2020; 32(63): 01-21.
38. Nascimento KPD, et al. Associação entre fatores de risco cardiovascular e indicadores antropométricos em policiais militares. *Rev. Enferm. Atual In Derme* 2022;96(37):e-021194. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1290>. Acesso em: 12 dez. 2023.